

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA DA ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. – ELETRONUCLEAR

2018



Sumário

Mensagem do Conselho de Administração	03
Identificação Geral	04
Políticas Públicas e Interesse Público	05
Dados Econômicos e Financeiros	07
Estruturas de Governança	10
Remuneração da Administração e do Conselho Fiscal	16

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2018 foi marcado por grandes desafios e realizações para a Companhia, que, através da dedicação de seus colaboradores, superou importantes obstáculos, principalmente na busca de soluções para a retomada de Angra 3.

Sem os esforços, e porque não dizer sacrifícios, empreendidos em 2018, Angra 3 ainda seria um horizonte distante e incerto que, hoje, está muito próximo de se concretizar.

Somadas às ações que vêm sendo conduzidas pelo Ministério de Minas e Energia, esse empreendimento, dada a sua relevância para a matriz energética, é de vital importância para a geração de energia limpa, agregando desenvolvimento para nosso país.

E não foi só isso.

Deve-se registrar os significativos progressos no empreendimento da Unidade de Armazenamento a Seco – UAS, que se encontra dentro do cronograma previsto, o que permitirá estender a capacidade de armazenagem dos combustíveis usados.

Alcançamos, ainda, expressivos avanços através de ações para reforçar as diretrizes de governança, gestão de riscos e conformidade, em cumprimento à lei nº. 13.303/16. Continuaremos buscando de forma incessante a melhoria desses pilares tão importantes não só para a Companhia, como também para satisfação dos nossos parceiros, investidores e sociedade.

Na persecução de seu interesse público, a Eletronuclear promoveu a adaptação do seu Estatuto Social, deixando consignado que a Companhia atenderá as Políticas exaradas pela Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A, além do cumprimento das Leis nº (s) 3.890-A/61 e 13.303/2016.

Feitas tais considerações, em atendimento ao art. 8º, incisos I, III, e VIII, art. 23, § 2º, ambos da Lei 13.303/16, e art. 19, inciso I, do Decreto 8.945/16, o Conselho de Administração da Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício social de 2018.

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA**1. IDENTIFICAÇÃO GERAL**

CNPJ 42.540.211/001-67 e NIRE 33300158006
Sede: Rua da Candelária 65, Centro/RJ – Instalações Industriais: Angra dos Reis e Paraty
Tipo de estatal: Sociedade de Economia Mista
Acionista controlador: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras
Tipo societário: Sociedade Anônima. Tipo de capital: Fechado
Abrangência de atuação: Regional
Setor de atuação: Energia
Diretor de administração e Finanças: Mônica Regina Reis – Telefone (21) 25887040; E-mail: mrreis@eletronuclear.gov.br
Auditores Independentes atuais da empresa – KPMG Auditores Independentes Responsável Técnico: Danilo Simões – Sócio E-mail: DSimoes@kpmg.com.br ; Telefone (21) 2207-9400

Conselheiros de Administração - Subscritores da Carta Anual	CPF
Antônio Varejão de Godoy	353.308.644-53
Aracilba Alves da Rocha	218.755.704-97
Leonam dos Santos Guimarães	466.200.367-91
Ricardo de Paula Monteiro	117.579.576-34
Jailor Capelossi Carneiro	095.319.318-79
Paulo Artur Pimentel T. da Silva (Rep. Empregados)	002.629.417-67

Administradores - Subscritores da Carta Anual	CPF
Leonam dos Santos Guimarães - Diretor Presidente	466.200.367-91
João Carlos da Cunha Bastos - Diretor de Operação e Comercialização	329.629.757-04
Mônica Regina Reis - Diretor de Administração e Finanças	641.089.617-49
Leonam dos Santos Guimarães - Diretor Técnico interino	466.200.367-91

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

A Lei 13.303/16, em seu art. 8º, inciso I, determina a elaboração de carta anual subscrita pelos membros do Conselho de Administração, com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela empresa pública, pela sociedade de economia mista e por suas subsidiárias, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, mensuráveis por meio de indicadores objetivos.

Para fins de cumprimento das obrigações normativas, passamos a detalhar abaixo, as informações relevantes sobre o assunto.

2.1 Interesse Público Subjacente às atividades empresariais: A Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear é uma sociedade anônima de economia mista, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, constituída na forma da autorização contida no Decreto nº 76.803, de 16 de dezembro de 1975, com a finalidade específica de explorar, em nome da União, atividades nucleares para fins de geração de energia elétrica, nos termos do Decreto de 23 de maio de 1997.

De acordo com o seu estatuto social, a Eletronuclear terá por objeto a construção e operação de usinas nucleares, a geração, transmissão e comercialização de energia elétrica delas decorrente e a realização de serviços de engenharia e correlatos, compreendendo: **I** - Obtenção de toda a tecnologia a ela relacionada, em especial a relativa ao Sistema Nuclear Gerador a Vapor; **II** - Desenvolvimento, no Brasil, da capacidade de projeto e engenharia de usinas nucleares, pela subcontratação de outras empresas brasileiras de engenharia, para completar os serviços da Companhia; e **III** - promoção da indústria brasileira para a fabricação de componentes para usinas nucleares.

Além disso, possui como missão estatutária as seguintes obrigações:

I - nortear suas ações, buscando a sustentabilidade por meio do equilíbrio econômico, financeiro, social e ambiental nas operações e nas oportunidades de negócio; **II** - observar e cumprir com o Programa de Compliance das empresas Eletrobras; **III** - observar e, quando houver controladas, fazer com que estas observem os requisitos de transparência previstos na legislação em vigor; e **IV** - atuar em inteira conformidade com o Código de Ética e de Conduta das Empresas Eletrobras e com a Lei Contra Práticas de Corrupção Estrangeiras de 1977 dos Estados Unidos da América (United States Foreign Corrupt Practices Act of 1977, 15 U.S.C. §78-dd-1, et seq., as amended), e suas subseqüentes alterações, doravante denominada FCPA, e a Lei nº 12.846/2013, bem como qualquer legislação antissuborno e anticorrupção aplicável, ou qualquer outra legislação, regra ou regulamento de propósito e efeito similares, abstendo-se de praticar qualquer conduta que possa ser proibida a pessoas sujeitas à FCPA e a legislação brasileira anticorrupção.

A sede da Companhia fica na cidade do Rio de Janeiro; as instalações industriais que incluem as usinas Angra 1 e Angra 2, depósitos de resíduos, escritórios, centros de informação e vila residencial, em Angra dos Reis. Em Paraty, estão localizados escritórios, vilas residenciais, o laboratório de monitoração ambiental e o Centro de Treinamento, contando ainda com escritório de representação em Brasília.

Na Praia de Itaorna, município de Angra dos Reis (RJ), está localizada a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAAA, composta de duas usinas em operação – Angra 1, de 640 MW, de fornecimento Westinghouse, e Angra 2, de 1.350 MW, de fabricação Siemens/KWU, ambas utilizando a tecnologia dos reatores a água pressurizada. No mesmo sítio está localizada a usina Angra 3, em fase de construção, semelhante a Angra 2, porém, com potência nominal elevada para 1.405 MW.

A Companhia em números	
Potência total das usinas	1.990 MW
Número de empregados	1.741
Área ocupada pela CNAAA	1,6 km²
Energia produzida em 2018	15.674 GWh
Faturamento total em 2018	RS 3.415.629 Mil

A atividade de geração de energia elétrica de fonte nuclear é um monopólio estatal, vinculada à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, área do Ministério de Minas e Energia - MME. Em outro ambiente, é fiscalizada pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, subordinada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTI.

Em 2018, a produção de energia elétrica produzida correspondeu a 2,69% da matriz energética brasileira. A característica predominantemente hidroelétrica do parque gerador nacional assegura uma posição única para o Brasil, por apresentar uma matriz elétrica majoritariamente baseada em fonte renovável e, portanto, com muito baixa emissão de gases geradores de efeito estufa.

Acompanhando o excelente desempenho em relação à segurança das Usinas, cabe destacar que em 2018, Angra 1 e Angra 2 geraram um total de 15.674.033,4 MWh, tendo sido a quarta melhor geração elétrica na história da Central.

Angra 1 operou durante 325 dias, em 2018, sincronizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), produzindo um total de 4.972.688,175 MWh de Energia Elétrica Bruta, alcançando um Fator de Disponibilidade de 88,60% e um Fator de Capacidade de 88,01%.

Angra 2, por sua vez, operou durante 334 dias, em 2018, sincronizada ao Sistema Interligado Nacional - SIN e realizou sua Parada programada (2P14) em 30,9 dias, para reabastecimento de combustível, manutenções e testes periódicos. A Unidade produziu 10.701.345,2 MWh de Energia Bruta, o 5º melhor resultado na história da Usina e o 3º melhor resultado considerando apenas os anos em que houve Parada para Reabastecimento de Combustível, alcançando um Fator de Disponibilidade de 91,23% e um Fator de Capacidade de 90,34%. A energia gerada no ano superou em 148.173,2 MWh a sua Garantia Física. Angra 2 operou no ano de 2018 sem falha de combustível.

No tocante ao empreendimento de Angra 3, o Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, no mês de outubro, aprovou os estudos para a retomada das obras da Usina Nuclear Angra 3. Com base nestes estudos, foi possível aprovar a recomendação do relatório técnico elaborado pelo grupo de trabalho interministerial para adotar como referência para as próximas etapas o preço de energia de Angra 3, no valor de R\$ 480,00/MWh, a valores de julho de 2018. A aprovação da resolução CNPE 14/2018 foi publicada em Diário Oficial, no dia 23/10/2018.

Além do foco na preservação e melhoria da segurança e produtividade, em vista do esgotamento da capacidade de armazenamento de combustível usado nas piscinas no interior das unidades Angra1 e Angra2, previsto para janeiro de 2022 e julho de 2021, respectivamente, há a necessidade de estender a capacidade da central de armazenagem de combustível usado, o que se fará através da implantação da Unidade de Armazenamento Complementar a Seco –UAS, que se encontra em fase de construção, dentro do cronograma previsto.

Nos próximos anos, os esforços da ELETRONUCLEAR estarão concentrados na conclusão de Angra 3, na finalização da Unidade de Armazenamento a Seco –UAS, na implantação das futuras usinas nucleares brasileiras, além da manutenção de elevados padrões de desempenho das usinas de Angra dos Reis. O Plano Nacional de Energia 2050, elaborado pela EPE e em consulta no MME, considera, além de Angra 3, a construção de 6 novas usinas de geração nuclear, com previsão de operação até o ano de 2050.

Essas e outras informações poderão ser encontradas no Relatório da Administração e de Responsabilidade Social – 2018, através do link a seguir:

<http://www.eletronuclear.gov.br/Quem-Somos/Governanca/Documents/Balan%C3%A7os/2017/1%20-RELAT%C3%93RIO%20DA%20ADMINISTRA%C3%87%C3%83O%20ELETRONUCLEAR%202018.pdf>

2.2 Metas Relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas: Cumpre salientar que a Eletronuclear firma, anualmente, com a Eletrobras Holding a renovação de Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE), o que demonstra o compromisso com a alta direção da Empresa com metas de desempenho preestabelecidas e compatíveis com a estratégia acordada.

Adicionalmente, em observância ao planejamento estratégico (2015-2030), foi lançado em 2017 o Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG), para o quinquênio 2018-2022, apresentando os seguintes pilares: **Governança e Conformidade, Disciplina Financeira, Excelência Operacional, Valorização das Pessoas e Atuação Sustentável.**

No tocante ao Projeto Estratégico de Excelência Operacional definido no PDNG, é importante destacar que a iniciativa 07 incrementará receita para Eletronuclear, desde que se alcance:

- viabilizar condições para reinício efetivo das obras de construção da UTE Angra 3;
- buscar tratativas para novos parceiros estrangeiros e governantes, visando a finalização da obra;
- promover estudos para readequação da tarifa, revisão de contratos, renegociação de financiamentos para viabilizar a retomada a obra.

Essas e outras informações poderão ser encontradas no PDNG (2018 – 2022) no link a seguir:

<http://www.eletrobras.com/PDNG2018-2022/>

3. DADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

3.1 Programa de Dispêndios Globais – PDG: No contexto do Programa de Dispêndios Globais – PDG, a Eletronuclear teve seus limites fixados, em orçamento aprovado para o exercício de 2018, no Decreto Nº 9.240, de 15 de dezembro de 2017 (DOU de 18.12.2017), e, revisado pela Portaria Nº 381, de 23 de dezembro de 2018 (DOU de 26.12.2018).

No exercício, as origens dos recursos econômicos necessários à cobertura dos dispêndios (correntes e de capital) foram fixadas em R\$ 4.671,8 milhões, distribuídas em R\$ 3.419,9 milhões de receitas operacionais (incluídas as receitas de venda de energia de Angra 1 e 2), R\$ 1.244,9 milhões em recursos de financiamentos de longo prazo e R\$ 7,0 milhões em receitas não operacionais.

Para as origens dos recursos econômicos fixadas, houve a realização do montante de R\$ 3.606,9 milhões dos quais se destacam a realização dos valores de R\$ 3.426,4 milhões de receitas operacionais (incluídas as receitas de venda de energia de Angra 1 e 2), R\$ 175,9 milhões em recursos de financiamentos de longo prazo e R\$ 4,6 milhões em receitas não operacionais.

Em relação aos dispêndios econômicos, foi fixado o limite de R\$ 4.685,3 milhões, distribuídos em R\$ 2.614,1 milhões para dispêndios correntes, R\$ 1.771,3 milhões para investimentos e R\$ 299,9 milhões para outros dispêndios de capital (amortizações de financiamentos).

Em termos de realizações, foram gastos R\$ 2.394,2 milhões em dispêndios correntes, R\$ 536,6 milhões em investimentos e R\$ 289,2 milhões em outros dispêndios de capital (amortizações de financiamentos), totalizando R\$ 3.220,0 milhões.

Os valores realizados com dispêndios correntes no montante de R\$ 2.394,2 milhões concentraram-se naqueles necessários à garantia de performance operacional, destacando-se: pessoal e encargos (R\$ 573,2 milhões), programa de desligamento voluntário (R\$ 4,8 milhões), serviços de terceiros (R\$ 391,2 milhões), combustível nuclear (R\$ 408,4 milhões), impostos/contribuições (R\$ 555,0 milhões), compra de energia (R\$ 260,6 milhões), materiais de consumo (R\$ 56,2 milhões), juros e outros (R\$ 59,5 milhões), utilidades e serviços (R\$ 12,1 milhões) e outros dispêndios correntes (R\$ 73,2 milhões).

Já as realizações dos dispêndios com investimentos no valor de R\$ 536,6 milhões se concentraram em quatro programas (ações): Implantação da Usina Termonuclear de Angra 3 (R\$ 415,2 milhões), Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra 1 e 2 (R\$ 115,6 milhões), Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica (R\$ 1,1 milhão) e Infraestrutura de Apoio (R\$ 4,7 milhões).

3.2 Demonstrações Financeiras: O desempenho da Empresa em 2018 indica que o caminho trilhado nos últimos anos segue a direção correta. Entretanto temos pela frente importantes desafios que serão decisivos para o sucesso em longo prazo da Eletronuclear.

Dentre estes desafios, destaca-se a conclusão de Angra 3, um empreendimento fundamental para a Eletronuclear e por extensão para a sua controladora. A viabilização das futuras usinas nucleares brasileiras é outro ponto importante, haja vista a comprovação da necessidade de complementação térmica à matriz elétrica brasileira.

O despacho de nossas usinas praticamente a 100% ao longo de todo o ano de 2018 evidencia o papel que a geração térmica de base vem desempenhando na garantia da segurança do suprimento de energia elétrica.

3.2.1 Resultado do exercício: Abaixo quadro sintético gerencial do resultado do exercício e do resultado do exercício expurgado os efeitos de provisões/reversões de Impairment/Contrato Oneroso de Angra 3, dados comparativos ao exercício 2017:

RESULTADO DO EXERCÍCIO - R\$ MIL		
	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	2.978.758	2.805.627
Custo operacional	(1.953.058)	(1.722.926)
Despesas operacionais	<u>6.957.416</u>	<u>(1.408.347)</u>
Resultado do Serviço de Energia Elétrica	7.983.116	(325.646)
Resultado financeiro	<u>(119.424)</u>	<u>(147.843)</u>
Resultado antes dos Impostos	7.863.692	(473.489)
Imposto de renda e contribuição social	<u>(105.404)</u>	<u>(69.451)</u>
Resultado líquido do exercício	7.758.288	(542.940)

RESULTADO DO EXERCÍCIO - ANGRA 1 e ANGRA 2- R\$ MIL		
	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	2.978.758	2.805.627
Custo operacional	(1.953.058)	(1.722.926)
Despesas operacionais	<u>6.957.416</u>	<u>(1.408.347)</u>
Resultado do Serviço de Energia Elétrica	7.983.116	(325.646)
Resultado financeiro	<u>(119.424)</u>	<u>(147.843)</u>
Resultado antes dos Impostos	7.863.692	(473.489)
Imposto de renda e contribuição social	<u>(105.404)</u>	<u>(69.451)</u>
Resultado líquido do exercício	7.758.288	(542.940)
(-) Impairment de Angra 3	(5.853.711)	950.960
(-) Contrato Oneroso de Angra 3	<u>(1.388.843)</u>	<u>38.602</u>
Resultado líquido do exercício - Angra 1 e Angra 2	515.734	446.622

A Eletronuclear apresentou ao final de seu exercício findo em 31.12.2018 um lucro líquido de R\$ 7.758.288 mil, no entanto, em observância ao disposto no art. 189 da Lei 6.404/76, segundo o qual do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, e este, ao final do exercício de 2017, acumulava o valor de R\$ 11.495.803 mil, ou seja superior ao lucro líquido do presente exercício, isso porque não há outra possibilidade de destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício findo em 31.12.2018 que não seja a absorção dos prejuízos até então acumulados.

No quadro a seguir, são demonstradas as mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31.12.2017 e 31.12.2018:

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017				
(em milhares de reais)				
	CAPITAL SOCIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	6.607.258	(10.952.863)	(166.256)	(4.511.861)
Resultado líquido do período	-	(542.940)	-	(542.940)
Perda em benefícios pós-emprego	-	-	(92.738)	(92.738)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	6.607.258	(11.495.803)	(258.994)	(5.147.539)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	6.607.258	(11.495.803)	(258.994)	(5.147.539)
Resultado líquido do período	-	7.758.288	-	7.758.288
Perda em benefícios pós-emprego	-	-	(308.050)	(308.050)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	6.607.258	(3.737.515)	(567.044)	2.302.699

d) Receita operacional líquida

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	R\$ MIL	
	31/12/2018	31/12/2017
Suprimento de energia elétrica	3.395.986	3.187.172
Outras receitas	92	-
Deduções da receita operacional		
PASEP/COFINS	(314.129)	(294.813)
RGR	(93.673)	(85.211)
Taxa de Fiscalização	(8.207)	-
Outras deduções	(1.311)	(1.521)
TOTAL	2.978.758	2.805.627

e) Custo operacional e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizam, no exercício de 2018, um montante positivo de R\$ 5.004.358 mil conforme quadro sintético abaixo.

CUSTO E DESPESA OPERACIONAL R\$ MIL		
	31/12/2018	31/12/2017
Encargos de uso da rede de transmissão	116.801	109.789
Encargos de uso da rede de distribuição	143.761	-
Pessoal	590.457	596.227
Material	56.178	53.600
Serviços de terceiros	343.479	328.074
Depreciação e amortização	505.624	413.149
Combustível para produção de energia elétrica	408.383	395.668
Aluguéis (imóveis, reprografia, veículos etc.)	29.710	36.733
Provisão para risco e benefício pós-emprego	(14.299)	49.140
Provisão para plano de incentivo ao desligamento	(23.470)	41.576
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	146	4.065
Provisão para impairment da Usina Angra 3	(7.242.554)	989.562
Demais provisões	15.828	29.127
Outros custos e despesas	65.598	84.563
TOTAL	(5.004.358)	3.131.273

f) Indicadores financeiros e econômicos

Abaixo quadro comparativo dos Indicadores Financeiros e Econômicos:

INDICADORES	2018	2017
Liquidez Corrente	0,63	0,78
Liquidez Geral	0,23	0,20
Endividamento Total	0,85	1,58
Rentabilidade do Capital Próprio - %	336,92	*NA
Margem Operacional Bruta - %	34,43	38,59
Margem Operacional do Serviço - %	268,00	(11,61)
Margem Operacional Líquida - %	263,99	(16,88)
Taxa de Lucratividade Final - %	260,45	(19,35)

Essas e outras informações poderão ser encontradas no link a seguir:

<http://www.eletronuclear.gov.br/Quem-Somos/Governanca/Paginas/Balancos.aspx>

4. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

4.1 Da Governança Corporativa: Em razão de ser uma Companhia controlada pela Eletrobras Holding, a Eletronuclear também segue as regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da B3, no Brasil. No âmbito internacional, está sujeita às normas da Securities and Exchange Commission (SEC) e da Nyse.

A estrutura de governança está fundamentada nas melhores práticas do mercado, de forma a transmitir confiança e transparência junto aos acionistas, investidores, clientes, fornecedores, colaboradores e a sociedade em geral, sempre em consonância com as premissas do Código de Conduta Ética e Integridade das Empresas Eletrobras.

A Eletronuclear, em ação conjunta com a Eletrobras holding, tomou relevantes iniciativas para melhoria de seus processos de governança, destacando, em especial, a revisão dos instrumentos de governança, tais como o estatuto social, o manual de organização, os regimentos internos da alta administração, dentre outros.

Ademais, estão definidas de forma clara as atribuições e responsabilidades dos administradores no que diz respeito à formulação, aprovação, condução e execução das políticas e diretrizes para consecução dos negócios da Eletronuclear, assegurando ainda o papel do conselho fiscal na fiscalização dos atos e contas dos seus administradores e gestores.

4.2 Estrutura Societária: A Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear é uma sociedade anônima de economia mista, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S. A. – Eletrobras, vinculada ao Ministério de Minas e Energia sendo regida pela Lei 6404/76 – Lei das Sociedades por Ações, e pelo seu Estatuto Social.

O capital social da Eletrobras Eletronuclear é de R\$ 6.607.257.672,55 (seis bilhões, seiscentos e sete milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e setenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos) divididos em 20.401.976.042 (vinte bilhões, quatrocentos e um milhões, novecentos e setenta e seis mil e quarenta e duas) ações ordinárias, com direito de voto, e 5.719.179.505 (cinco bilhões, setecentos e dezenove milhões, cento e setenta e nove mil e quinhentos e cinco) ações preferenciais sem direito de voto, todas nominativas e sem valor nominal.

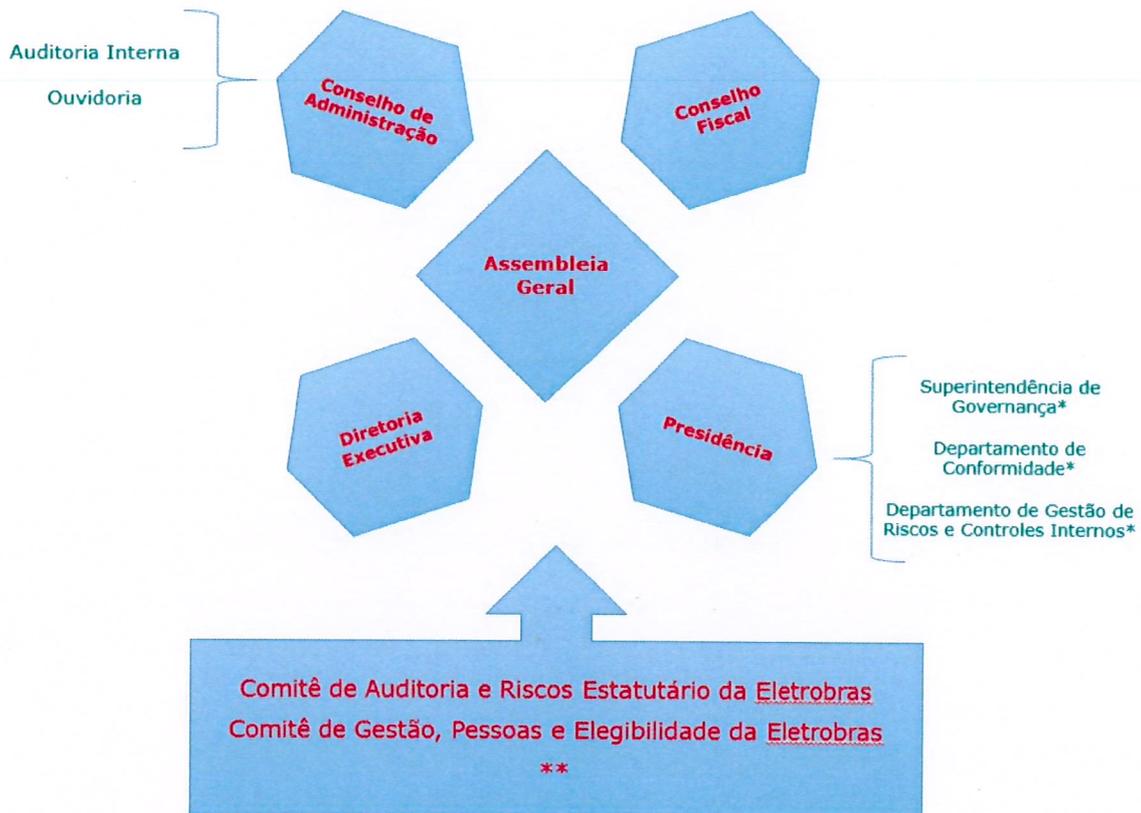
4.2.1 Acionistas e sua participação de capital

- Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras: 99,91%
- Outros (Pessoas Jurídicas e Físicas): 0,09%

O valor patrimonial da ação – VPA em dezembro de 2018: – R\$ 0,088155.

As ações da Eletrobras Eletronuclear não são negociadas no mercado de valores mobiliários. Para efeito da Lei n.º 6.404/76, a Eletrobras Eletronuclear é uma sociedade fechada. Entretanto, o acionista minoritário poderá transferir a sua posição acionária, na totalidade ou em parte, através de termo lavrado no livro de “Transferência de Ações Nominativas”, datado e assinado pelo cedente e pelo cessionário, ou seus legítimos representantes.

4.3 Estruturas da Governança: A Eletronuclear está estruturada por meio de seus processos internos e relacionamentos da administração superior, composta pela Assembléia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Ouvidoria e Auditoria Interna.



* Em atenção à Lei 13.303/2016 e ao Decreto 8945/2016, a Companhia incorporou em sua estrutura a Superintendência de Governança, Gestão de Riscos e Conformidade, composta pelos Departamentos de Conformidade e de Gestão de Riscos e Controles Internos.

** Os Comitês de Gestão, Pessoas e Elegibilidade e de Riscos Estatutários são únicos para todas as Empresas do Sistema Eletrobras, nos termos, respectivamente, dos artigos 21 e 24, inciso V, do Decreto 8945/2016.

Em cumprimento ao disposto na legislação que regulamenta o funcionamento das sociedades anônimas, a Eletrobras contrata serviços de auditoria independente para todas as empresas Eletrobras, com a finalidade de atestar a adequação de atos ou fatos para conferir confiabilidade a atividades mediante utilização de procedimentos técnicos específicos. No caso das demonstrações financeiras, tem por objetivo a emissão de pareceres sobre a adequação das contas da Empresa, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e com a legislação específica pertinente.

Foi criada a Superintendência de Governança, Gestão de Riscos e Conformidade, vinculada diretamente ao Diretor-Presidente e composta pelos Departamentos de Conformidade e de Gestão de Riscos e Controles internos.

A nova estrutura organizacional harmonizou as atividades em questão às disposições da Lei 13.303/16 e ao Decreto federal 8.945. Ressalte-se que as unidades organizacionais supramencionadas passaram por ajustes em 2017, e, ao longo do exercício de 2018, atuaram plenamente operacionais, conforme os padrões determinados para as empresas do Sistema Eletrobras.

4.3.1 Assembléia Geral de Acionistas: Além de ordinariamente tratar de matérias previstas em lei, extraordinariamente, delibera sobre: alienação, no todo ou em parte, de ações do seu capital social ou de suas controladas; abertura ou alteração do capital social; venda de valores mobiliários, se em tesouraria; venda de debêntures de que seja titular, de empresas das quais participe e emissão de debêntures conversíveis em ações; operações de cisão, fusão, incorporação societária, dissolução e liquidação da empresa; permuta de ações ou outros valores mobiliários; reforma do Estatuto Social; autorização para a empresa mover ação de responsabilidade civil contra os administradores pelos prejuízos causados ao seu patrimônio; eleição e destituição, a qualquer tempo, de liquidantes, julgando-lhes as contas; avaliação de bens que o acionista concorrer para a formação do capital social; e outros assuntos que forem propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

A Assembléia Geral Ordinária (AGO) ocorreu em 26 de abril de 2018, aprovando, entre outras matérias, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2017.

Em 2018, houve duas Assembleias Gerais Extraordinárias.

4.3.2 Conselho de Administração: Constituído de seis conselheiros, todos brasileiros, eleitos pela Assembleia Geral, com mandatos unificados de 2 (dois) anos, permitidas até no máximo 3 (três) reconduções consecutivas, sendo um deles representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e outro representante dos empregados, eleito por voto direto dentre empregados ativos, cabendo a um dos membros, que não poderá ser o Diretor-Presidente da Eletronuclear, a presidência do Conselho. O Conselho de Administração, ao qual a Auditoria Interna e a Ouvidoria se reportam, se reúne, ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

Em 2018, no total, ocorreram 18 reuniões, das quais sete foram extraordinárias.

4.3.3 Diretoria Executiva: Constituída pelo Diretor-Presidente e mais 3 (três) diretores, totalizando 4 (quatro) membros, todos brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato unificados de 2 (dois) anos, permitidas até 3 (três) reconduções consecutivas, exercendo suas funções em regime de tempo integral, a saber:

- Presidência;
- Diretoria de Administração e Finanças;
- Diretoria de Operação e Comercialização;
- Diretoria Técnica

A essas diretorias estão subordinadas superintendências, gerências e divisões responsáveis pelas atividades de linha da Companhia.

Houve 55 reuniões no ano de 2018, sendo 05 extraordinárias.

4.3.4 Conselho Fiscal: Constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, todos brasileiros, eleitos pela Assembleia Geral com mandatos unificados de 2 (dois) anos, permitidas no máximo 2 (duas) reconduções consecutivas. Entre os membros do Conselho Fiscal, um membro efetivo e o respectivo suplente são representantes do Tesouro Nacional.

O conselho se reuniu 13 vezes, sendo que uma delas em caráter extraordinário.

Maiores informações poderão ser encontradas no link a seguir:

<http://www.eletronuclear.gov.br/Quem-Somos/Governanca/Paginas/Estrutura-Organizacional.aspx>

4.4 Auditoria Interna: É vinculada ao Conselho de Administração, sendo responsável por promover o exame das atividades realizadas pelas unidades organizacionais com finalidade de analisar a gestão, verificando, ainda, os processos, procedimentos e controles existentes, bem como o cumprimento das políticas, normativos internos e da legislação em vigor.

De acordo com o Manual de Organização da Eletronuclear, é importante destacar as seguintes atribuições da auditoria:

- Elaborar o Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT, em conformidade com as Instruções Normativas emitidas pela Controladoria-Geral da União - CGU e as diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário - CAE da empresa, contendo o detalhamento das atividades de auditoria a realizar no próximo ano e submetê-lo primeiramente a apreciação do CAE e da CGU e em seguida à aprovação do Conselho de Administração.
- Elaborar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN, que é a prestação de contas das atividades realizadas pela Auditoria Interna no ano anterior, em conformidade com as Instruções Normativas emitidas pela Controladoria-Geral da União – CGU e as diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário - CAE da empresa. Submetê-lo a apreciação do CAE, dar ciência ao Conselho de Administração e encaminhar a Controladoria-Geral da União.
- Coordenar a elaboração do PAINT (Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna), em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal, contendo o detalhamento das atividades de auditoria a realizar no próximo ano e submetê-lo primeiramente à aprovação da Controladoria-Geral da União e em seguida, ao Conselho de Administração;
- Elaborar o RAIN (Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna), que é a prestação de contas das atividades realizadas pela Auditoria Interna no ano anterior, apresentá-lo inicialmente à Diretoria Executiva e ao Conselho Fiscal, para posteriormente submetê-lo ao Conselho de Administração e em seguida, dar ciência de seu conteúdo à Controladoria-Geral da União;

Maiores informações poderão ser encontradas no link a seguir:

<http://www.eletronuclear.gov.br/Quem>

[Somos/Governanca/Documents/Relat%C3%B3rios%20e%20Balan%C3%A7os/Relat%C3%B3rios%20Anuais%20de%20Atividade%20da%20Auditoria%20Interna/RAIN_2018.PDF](http://www.eletronuclear.gov.br/Somos/Governanca/Documents/Relat%C3%B3rios%20e%20Balan%C3%A7os/Relat%C3%B3rios%20Anuais%20de%20Atividade%20da%20Auditoria%20Interna/RAIN_2018.PDF)

4.5 Ouvidoria: Trata-se de órgão imparcial e independente vinculado ao Conselho de Administração, de relacionamento com os colaboradores da Eletronuclear e com a sociedade em geral. Neste canal são recebidas, tratadas e respondidas as manifestações, sempre de forma isenta, ética e confidencial. As manifestações são classificadas como reclamação, elogio, solicitação e sugestão, nos termos da Instrução Normativa nº. 1/2014, da Controladoria Geral da União (“CGU”).

O contato poderá ser realizado através da plataforma disponível no site da Eletronuclear, ou pelo telefone (21 25887115), por carta ou ainda pessoalmente, através do endereço: Rua da Candelária, 65, 11º and, Centro, Rio de Janeiro/RJ.

À exceção do e-SIC, cuja identificação do solicitante é obrigatória, de acordo com a Lei de Acesso à Informação, nos demais canais de acesso à Ouvidoria é garantido ao solicitante interno e externo o sigilo da identidade e das informações.

O Relatório Anual de 2018 poderá ser encontrado no endereço a seguir:

<http://www.eletronuclear.gov.br/Ouvidoria/Documents/Relat%C3%B3rio%20Ouvidoria%20Anual%202018.pdf>

4.6 Da Ética e compromissos de condutas: Os colaboradores da Eletronuclear, inclusive a Alta Administração e Conselho Fiscal, têm como dever o cumprimento dos preceitos éticos e de conduta definidos no Código de Conduta Ética e Integridade das Empresas Eletrobras.

Tendo em vista o atual estágio de maturidade do Programa de Integridade, a Comissão Diretiva de Compliance (CDC), formada por representantes das áreas de Compliance das Empresas Eletrobras, promoveu, em 2018, a revisão do código de ética, visando o seu aprimoramento para promoção da ética e da integridade corporativa.

A Comissão de Ética, por sua vez, é responsável por zelar pela aplicação do Código de Ética, devendo apurar, mediante denúncia ou de ofício, condutas em desacordo com os princípios éticos e os compromissos de condutas lá definidos.

O nosso código de ética poderá ser encontrado no link a seguir:

<http://www.eletronuclear.gov.br/Canais-de-Negocios/Paginas/Etica-e-Compliance.aspx>

4.7 Gestão de Riscos: Visa reduzir a exposição de riscos através de ações mitigadoras por meio de controles específicos, identificando os processos com maior risco corporativo. Desse modo, quanto maior o grau de mitigação, menor será a possibilidade da concretização do evento de risco.

O Núcleo de Gestão de Riscos desenvolve seu trabalho com base na matriz de riscos elaborada pela Eletrobras Holding em conjunto com as Empresas do grupo, e atualizada periodicamente, contendo as informações estratégicas para as Empresas Eletrobras, na Gestão de Riscos Corporativos.

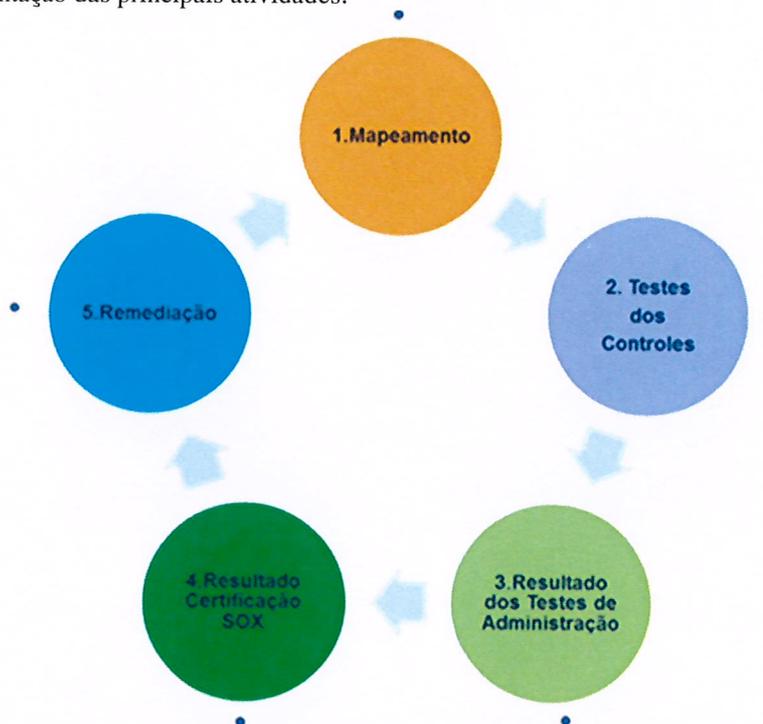
A Política de Gestão de Riscos Corporativos da Eletrobras e a Matriz de Riscos da Eletronuclear foram aprovadas pela Diretoria Executiva, RDE nº 1424.002/18, de 11/09/2018.

Para alinhamento das Políticas de Riscos Corporativos com a Eletrobras Holding e as empresas do grupo, há reuniões mensais do Comitê de Riscos das Empresas do Eletrobras – CORISCO.

A Eletronuclear possui um comitê interno para deliberações com base no Regimento Interno do Comitê de Gestão de Riscos da Eletrobras Eletronuclear. As deliberações do Comitê são registradas em atas de reunião.

Para eleger os riscos priorizados a serem trabalhados há o Procedimento Corporativo de Priorização de Riscos nº GGC. P -01/17, em vigor, prevendo a seleção de 10 (dez) riscos por ano, com a finalidade de abranger os 46 riscos mapeados na Matriz de Riscos da Eletronuclear.

4.7.1 Controles Internos: O Núcleo de Controles Internos é responsável pelo acompanhamento do processo de Certificação SOx, e pelo monitoramento do ambiente de Controle Interno da Companhia. O desenvolvimento dos trabalhos baseia-se na estrutura do COSO sumarizada no diagrama abaixo, com a representação das principais atividades:



O ambiente de controle na Eletronuclear é testado anualmente em dois momentos: nos Testes da Administração conduzidos pela Auditoria Interna, e nos testes de controle realizados pelo auditor externo, na Certificação SOx.

A definição da materialidade feita anualmente antecede os testes e norteia a definição do escopo dos processos/controles a serem testados. Estes controles apresentam-se como de maior impacto na elaboração das demonstrações financeiras. Para os controles considerados ineficazes são elaborados planos de ação mitigatórios para remediação dos mesmos.

4.7.2 Fatores de Risco: Os riscos priorizados da Matriz de Riscos da Eletronuclear estão alinhados com o Planejamento Estratégico da Empresa Eletronuclear, o Plano de Negócios e Gestão (PNG 2018 -2022). Os riscos priorizados pela Alta Administração são mapeados através de entrevistas com os gestores responsáveis (donos dos riscos e especialistas) e realizada a avaliação dos fatores de riscos relacionados aos processos.

Os riscos são organizados em quatro pilares principais que compõem a matriz de riscos: estratégico, operacional, financeiro e de conformidade.

No trabalho realizado em 2018, com a priorização dos 10 riscos da Matriz da Eletronuclear, foram trabalhados buscando o alinhamento com as estratégias definidas pela Companhia, os TOP TEN Eletronuclear Corporate Goals, em consonância com o Plano de Negócios e Gestão.

RISCOS ELETRONUCLEAR				
	FATORES DE RISCOS	CONTROLES	INDICADORES	
1	Fluxo de Caixa	8	11	1
2	Operação e Manutenção na Geração	13	59	1
3	Formação e Gestão do Contencioso	12	76	3
4	Armazenamento de Combustíveis Irrradiados	6	6	3
5	Gestão da Cadeia de Suprimentos	19	87	5
6	Gestão Sócio Ambiental do Empreendimento	15	47	3
7	Demonstrações Contábeis e Financeiras	13	60	1
8	Segurança da Informação	13	59	1
9	Revisão Tarifária na Geração	12	15	em elaboração
10	Projetos de Engenharia na Geração com Ênfase na Extensão de Vida Útil de Angra I	8	14	4

O Departamento de Gestão de Riscos e Controles Internos, de acordo com o Plano de Comunicação, realiza reportes contínuos com apresentações trimestrais ao Conselho Fiscal e Conselho de Administração, para a Eletrobras Holding, sob demanda, e ao Comitê de Gestão de Riscos Estatutário.

4.8 Programa de Integridade (Conformidade): Foram realizados no ano de 2018 diversas ações para desenvolvimento do Programa de Integridade das Empresas Eletrobras, com destaque para avaliação de integridade de fornecedores nos processos de contratação, através da aplicação do formulário de due diligence e do background check, na elaboração da matriz de riscos de fraude e corrupção e do mapa de relacionamento com o setor público, incluindo a distribuição do Código de Conduta Ética e de Integridade, e do treinamento de fornecedores, gestores.

Cumprir destacar que o Programa de Integridade das Empresas Eletrobras está em fase de maturação, sendo necessário o seu contínuo monitoramento, desenvolvimento e aprimoramento periódico, por meio da implantação da cultura de integridade, habilitando a Eletronuclear nos mais elevados padrões de confiabilidade e respeito exigidos pelos investidores nacionais e internacionais.

Outras informações sobre o Programa de Integridade poderão ser obtidas no link a seguir:

<http://www.eletronuclear.gov.br/Quem-Somos/Governanca/Paginas/Programa-Anticorruptcao.aspx>

4.9 Principais Relacionamentos da Eletronuclear: A Eletronuclear está presente nos principais fóruns e mantém relacionamento constante com instituições, como: Ministério de Minas e Energia (MME), Eletrobras, Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), assim com órgãos da esfera estadual e municipal situados no Estado do Rio de Janeiro.

Além disso, é associada a diversas organizações internacionais na sua área de atuação como a World Association of Nuclear Operators – Wano, o Electric Power Research Institute EPRI, a Agência Internacional de Energia Atômica

AIEA, a Section of the Latin American Nuclear Society – LAS, a American Nuclear Society – ANS, World Nuclear Association – WNA e o Institute of Nuclear Plant Operators Inpo. No País, a Companhia está associada à Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base – Abdib, à Associação Brasileira de Energia Nuclear – Aben, ao Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, à Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro– Firjan, à Associação Comercial do Rio de Janeiro – ACRJ, Centro Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – Cebds, entre outras entidades.

5. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva é composta por honorários mensais, submetidos e aprovados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), e definidos anualmente pela Assembleia Geral, de acordo com o artigo 152 da Lei 6.404/76.

A prática de remuneração adotada aos nossos administradores visa reconhecer a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional, bem como as práticas aplicadas pelo mercado para empresas de porte semelhante ao da Companhia, em consonância também com as regras definidas para as empresas estatais, pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest).

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia, nos termos da lei n.º 9.292/96, é fixada em dez por cento da remuneração média mensal dos diretores, excluídos os valores referentes aos benefícios diretos e indiretos concedidos aos referidos membros.

A Remuneração anual global dos Administradores e membros do Conselho Fiscal foi aprovada na 42ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26 de abril de 2018, nos seguintes termos: “no tocante à remuneração da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Eletronuclear, nos termos da Nota Técnica da SEST nº 6.843/2018-MP, propõe-se o valor de até R\$ 4.648.685,97 (quatro milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e noventa e sete centavos) para o pagamento do limite global dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, para o período compreendido entre abril de 2018 e março de 2019, englobando no referido limite as seguintes rubricas: honorários fixos, gratificação natalina, gratificação de férias, auxílio alimentação, auxílio moradia, plano de saúde, seguro de vida, auxílio transferência, previdência complementar, quarentena, INSS e FGTS; b) recomendar a observância dos limites individuais definidos pela SEST, ressaltada a sua competência para fixar esses limites para o período de doze meses (abril de 2018 e março de 2019), por rubrica e por cargo, com manifestação conforme tabela da SEST, atendo-se ao limite global definido na alínea “a”; fica estabelecido o valor de até R\$ 39.692,13 (trinta e nove mil, seiscentos e noventa e dois reais e treze centavos) para o honorário fixo mensal do Diretor-Presidente e para os honorários fixos mensais dos demais diretores o valor de até R\$ 37.802,04 (trinta e sete mil, oitocentos e dois reais e quatro centavos), observados as vedações de pagamentos adicionais nas alíneas “e” e “f”, bem como o estabelecido nas alíneas “g” e “h” quanto a Diretor cedido ou Diretor empregado da empresa; l) fixar os honorários mensais dos membros do Conselho Fiscal em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios.”

De acordo com a Lei Federal n.º 12.813, de 16 de maio de 2013, e nos termos do art. 4º do Decreto n.º 4.187, de 8 de abril de 2002, os membros da Diretoria Executiva fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo. Tal benefício, denominado “Quarentena”, tem por objetivo garantir a não assunção de outros cargos e/ou novos cargos, pelos ex-administradores da companhia, em sociedades consideradas concorrentes da companhia nos seis meses subsequentes à sua saída.

A ata da 42ª Assembleia Geral Ordinária poderá ser obtida no link a seguir:

[http://www.eletronuclear.gov.br/Quem-Somos/Governanca/Paginas/Relatorios-e-Balancos.aspx?bibliotecaDoc=Atas%20das%20Assembl%C3%A9ias%20\(a%20partir%20de%202008\)/Assembl%C3%A9ias%20Gerais%20Ordin%C3%A1rias](http://www.eletronuclear.gov.br/Quem-Somos/Governanca/Paginas/Relatorios-e-Balancos.aspx?bibliotecaDoc=Atas%20das%20Assembl%C3%A9ias%20(a%20partir%20de%202008)/Assembl%C3%A9ias%20Gerais%20Ordin%C3%A1rias)